



## Relatório da Diligência da CDHM Realizada no Pontal do Paranapanema – SP

### Integrantes

Deputado Dr. Talmir (PV/SP)

Deputada Janete Rocha Pietá (PT/SP)

Deputado Dr. Nechar (PT/SP)

Mariana Mei de Souza – Assessora da CDHM

Roberta Moreno – Assessora Parlamentar do Deputado Dr. Talmir

**Data:** Quinta-feira, 22 de novembro de 2007

**Objetivo:** A diligência da CDHM à região do Pontal do Paranapanema, extremo-oeste do estado de São Paulo teve como objetivo, em atendimento ao Requerimento n.º 67/2007, do Dr. Talmir, aprovado na reunião ordinária de 13/06/2007, a verificação da situação dos trabalhadores rurais sem terras instalados em condições precárias nos acampamentos e assentamentos existentes naquela região e a identificação dos principais problemas daquelas comunidades.

### ROTEIRO DA DILIGÊNCIA

<b>Presidente Prudente</b>	<b>Chegada em Presidente Prudente e coletiva dos parlamentares à imprensa local</b>
	Deslocamento para Presidente Venceslau
<b>Presidente Venceslau</b>	<b>Visita de acampamentos da Fazenda São Camilo</b>
	Deslocamento para Presidente Epitácio
<b>Presidente Epitácio</b>	<b>Visita ao acampamento Jair Ribeiro (na beira da rodovia)</b>
	Deslocamento para Teodoro Sampaio
<b>Teodoro Sampaio</b>	<b>Almoço no Pouso da Garça e reunião ampliada na Cocamp (Cooperativa dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema)</b>
	Deslocamento para Mirante do Paranapanema
<b>Mirante do Paranapanema</b>	<b>Visita ao Assentamento Che Guevara</b>
	Deslocamento de volta para Presidente Prudente e retorno à Brasília

### **Autoridades, Entidades, Representantes de Movimentos Sociais e demais pessoas que acompanharam os integrantes da CDHM na diligência:**

Câmara dos Deputados - anexo II - sala 185A - Pavimento Superior - CEP 70.160-900 - Brasília - DF - Brasil

Tel: (061) 3216-6570 - fax: (061) 3216-6580 e-mail: [cdh@camara.gov.br](mailto:cdh@camara.gov.br)

Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>



- Dom José Maria Libório Camino Saracho – Bispo Diocesano de Presidente Prudente e responsável pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em São Paulo.
- Padre Jurandir Severino de Lima – Assessor Diocesano da CPT/Pontal
- Marco Tulio Vanalli – Coordenador regional do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) no Pontal do Paranapanema
- Dr. Ademir Aparecido Alves – Representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB de Presidente Prudente/SP
- Marcos A. Brambilla – Assessor do Deputado Estadual Mauro Bragato (líder do PSDB na Assembléia Legislativa de São Paulo)
- Sidnei Ap. de Macedo – Coordenador Técnico do INCRA – Unidade Avançada de Teodoro Sampaio

A Força Aérea Brasileira (FAB) realizou o transporte aéreo dos parlamentares de Brasília a Presidente Prudente e a empresa de ônibus Andorinha cedeu um ônibus para o transporte terrestre dos parlamentares e das demais pessoas que acompanhavam a diligência. A polícia rodoviária estadual escoltou, durante todo o trajeto, o ônibus que transportava os integrantes da diligência.

## 1. A Questão Fundiária no Pontal do Paranapanema – Contextualização

O Pontal do Paranapanema, localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, na fronteira com o Paraná e com o Mato Grosso do Sul é uma região marcada por disputas envolvendo a titularidade das terras. É a região com a maior concentração de terras devolutas (que nunca foram comprovadamente propriedade particular, ainda que estejam irregulamente em posse de particulares) do estado de São Paulo. Tramitam na justiça, a passos de tartaruga, inúmeras ações discriminatórias (visando estabelecer o real domínio de terras supostamente devolutas) e reivindicatórias, propostas pelo Estado de São Paulo, relacionadas a áreas do Pontal do Paranapanema. De acordo com relatório da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, entregue pela CPT para esta relatoria em Audiência Pública da CDHM sobre o Pontal do Paranapanema, realizada aos 9 de agosto deste ano, existem 47 ações judiciais (discriminatórias e reivindicatórias) em andamento, correspondentes a aproximadamente 325.000 hectares de área em discriminação e 11.222,681 hectares em reivindicação, relativas a terras do Pontal do Paranapanema

A ocupação indevida das terras devolutas no Pontal é antiga, remonta à segunda metade do século XIX, foi e ainda é marcada por uma relação predatória com o meio ambiente (*processo continuado de desmatamento, exaustão do solo e*



*implantação de pastagens*)<sup>1</sup> e provocou, inclusive, a destruição da Grande Reserva do Pontal<sup>2</sup> e a diminuição do mercado de trabalho para a população adulta (com o conseqüente desemprego e êxodo rural).

Diante dessa realidade, a partir da década de 80, movimentos sociais de luta pela terra se organizaram na região, buscando a realização da reforma agrária nas terras devolutas do Pontal e um outro modelo de desenvolvimento para a região.

Estudo de pesquisadores da Unesp (Universidade Estadual Paulista) aponta que, no período de 1990 a 2000, milhares de famílias organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) *realizaram 335 ocupações no Pontal, conquistando quase cem milhões de hectares, desentrenhando um dos grilos mais famosos do estado de São Paulo*<sup>3</sup>. As conquistas dos movimentos sociais na região levaram a uma reação dos fazendeiros e latifundiários e, conseqüentemente, ao acirramento do conflito.

Hoje os movimentos sociais de luta pela terra se multiplicaram no Pontal e há, ainda, muitas famílias acampadas em condições precárias na região, aguardando, muitas vezes há anos, o assentamento definitivo.

Nesse contexto, o governador de São Paulo, José Serra, enviou um projeto de lei à Assembléia Legislativa do Estado (PL 578/2007), que autoriza o Estado a realizar acordos com os atuais posseiros de grandes fazendas do Pontal, visando a regularização da posse de terras com área superior a 500 ha.

Esse PL 578/2007 é problemático do ponto de vista jurídico. Primeiro porque o Estado só pode desistir de ação judicial proposta para defender direito seu quando houver relevante interesse público para tanto (o que é discutível *in casu*). Segundo porque a venda de terras públicas sem licitação é inconstitucional. Mas, além de suscitar inúmeras discussões na esfera do direito, a aprovação desse projeto pode significar a legalização da secular grilagem no Pontal do Paranapanema e o fim da esperança para milhares de famílias de serem assentadas na região.

## 2. Visita aos acampamentos

A diligência visitou acampamentos de trabalhadores rurais sem terra em Presidente Venceslau e Presidente Epitácio. Em Venceslau, os Deputados percorreram o entorno da Fazenda São Camilo, onde, segundo a CPT, existem cerca de 200 famílias aguardando o assentamento definitivo. Os deputados ouviram famílias organizadas no MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem

<sup>1</sup> Roberto Luiz do CARMO, *A água é o limite? Redistribuição Espacial da População e Recursos Hídricos no Estado de São Paulo*. Textos Nepo, Campinas, SP, setembro de 2002, v. 42, p. 01-181, 2002, p. 146.

<sup>2</sup> Bernardo Mançano FERNANDES e Cristiane Barbosa RAMALHO, *Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema*, Estudos Avançados 15(43), 2001, pp. 239-254.

<sup>3</sup> Idem, p. 241.



Terra), que reúne famílias organizadas tanto no MTST, quanto no MAST Estadual e na Nova Força, todos movimentos sociais de luta pela terra existentes na região. Em Presidente Epitácio, região com a maior concentração de acampamentos do Pontal do Paranapanema, foram visitados os Acampamentos Zumbi dos Palmares, do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) e Jair Ribeiro, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), ambos localizados na beira da estrada. A diligência verificou a situação difícil enfrentada pelas famílias que aguardam, debaixo de lonas, um lote de terra para o assentamento definitivo, na expectativa de uma vida com mais dignidade. As dificuldades com as condições climáticas (chuva, vento, calor), que destroem os barracos, a falta de infraestrutura, a dificuldade de trabalhar a terra e de arrumar meios de onde tirar o sustento, o precário acesso a água foram condições constatadas pela comitiva. A diligência ouviu as famílias acampadas, os representantes dos movimentos sociais e as autoridades presentes a respeito das dificuldades da realização da reforma agrária na região. A diligência chegou a ouvir também um proprietário de terras da região, cuja fazenda, palco de conflitos desde 1999, foi objeto de uma negociação com o governo do estado, mas o valor acordado ainda não foi pago. As partes ouvidas relataram diversas dificuldades. Os movimentos sociais e os acampados foram unânimes na reclamação da demora do processo de assentamento. Segundo as pessoas ouvidas, o assentamento das famílias leva anos mesmo nas áreas já julgadas como devolutas, arrecadadas e pagas pelo governo do estado. O representante do Itesp disse que, de acordo com uma resolução do CONAMA, não se pode implantar um assentamento sem o licenciamento ambiental e isso leva muito tempo. Na sua opinião, essa resolução do CONAMA deveria ser revista em se tratando de áreas de assentamento. O Padre Jurandir disse que, em algumas fazendas, a licença ambiental demora mais de três anos. O Deputado Dr. Nechar avaliou que a exigência do licenciamento ambiental é um avanço, o problema seria apenas a demora nesse processo. A Deputada Janete Rocha Pietá avaliou que o problema do Pontal do Paranapanema é antigo, vem se arrastando desde o século XIX e não pode ser resolvido sem passar pela questão das terras devolutas. A Deputada pontuou também que não adianta apenas assentar as famílias, é preciso que se forneçam subsídios para os beneficiários pelo processo de reforma agrária tenham meios de trabalhar e terra, dela tirar o seu sustento, permanecendo, assim, com dignidade na área. O Deputado Dr. Talmir lembrou o PL 578/2007, enviado pelo governador José Serra à AL/SP, que pretende regulamentar terras devolutas na região do Pontal, privilegiando, entretanto, as grandes propriedades. Dr. Talmir exigiu que todos os setores se posicionassem em relação ao referido PL e cobrou um posicionamento a esse respeito da OAB de Presidente Prudente. Os acampados e representantes de movimentos sociais também relataram o problema da constante criminalização que sofrem pela polícia



e justiça local, que insistem em classificar como ilícitas as atividades reivindicatórias de terras dos movimentos sociais. Vários militantes já foram presos ou tiveram a prisão decretada, responderam ou ainda respondem a processos criminais pelas ocupações de terra. Outro problema relatado é a existência de famílias organizadas em diversos movimentos sociais reivindicando uma mesma área, o que revela que, de fato, a carência por terras é de grande magnitude. Alguns trabalhadores acampados reclamaram, ainda, dos critérios de cadastramento do Itesp, que, segundo eles, permitiria injustiças como o fato de aproveitadores passarem na frente de pessoas que estão há anos debaixo da lona no recebimento dos lotes. A diligência passou por acampamentos existentes há mais de 10 anos e conversou com pessoas que moram há anos naquelas condições precárias. A demora nos processos judiciais discriminatórios e reivindicatórios também foi um dos empecilhos para a reforma agrária na região, apontado pelos movimentos sociais. As lideranças dos movimentos disseram que só em Presidente Epitácio, região com a maior concentração de acampamentos da região, 68 mil hectares de terra, já julgadas devolutas em primeira instância, aguardam o julgamento de 2ª instância.

### **3. Reunião ampliada na Cooperativa dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (Cocamp)**

Em Teodoro Sampaio, a diligência participou de uma reunião ampliada na Cooperativa dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (Cocamp). Além dos integrantes da diligência e das autoridades já listadas acima, participaram dessa reunião:

José Ademir Infante Gutierrez (DEM/SP) – Prefeito de Teodoro Sampaio

Cláudio Evangelista da Silva – Vereador de Teodoro Sampaio

João Divino Anselmo – Vereador de Teodoro Sampaio

Valdir Celso Rodrigues – Vereador de Teodoro Sampaio

Antonio Edilson Borges – Vereador de Teodoro Sampaio

Edilson José Rodrigues – Vereador de Teodoro Sampaio

Luiz Eduardo Pereira – Vereador de Teodoro Sampaio

Antonio Edilson Borges – Vereador de Teodoro Sampaio

Estavam presentes também representantes das seguintes organizações (que assinaram a carta denúncia entregue à diligência):

MAST/MTST

MLST

FERAESP

NERA

Projeto Missionário Diocesano



---

CPT Pontal

ABRA

CDH Evandro Lins e Silva

Projeto Balcão de Direitos

Grupo Teatral Arte e Vida

MST

FEPAF/INCRA

CUT

Mitra Diocesana de Presidente Prudente

Na reunião, os deputados, o prefeito e o bispo fizeram uma breve fala. A Deputada Janete Rocha Pietá lembrou a importância da agricultura familiar para trazer renda para o Estado. O Deputado Dr. Nechar ressaltou o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico. O Deputado Dr. Talmir falou do problema das famílias que aguardam em condições precárias, serem assentadas na região, e manifestou preocupação em relação ao PL, em tramitação na AL/SP, que pretende regulamentar as grandes propriedades existentes nas terras devolutas da região. O Prefeito de Teodoro Sampaio, José Ademir Infante Gutierrez, disse que os municípios fazem investimentos na região, mas que falta uma compensação dos governos estadual e federal pelos investimentos feitos pelo município. A palavra, então, foi passada aos representantes dos movimentos sociais que leram uma carta denúncia entregue aos deputados integrantes da diligência. Os representantes dos movimentos sociais observaram que após a vinda da Oderbrecht para a região, o governo do estado acelerou a tramitação, na Justiça, das ações possessórias em tramitação e está fazendo pressão para que as mesmas sejam julgadas a favor dos fazendeiros. As lideranças dos trabalhadores rurais sem terra falaram, ainda, do problema da pistolagem no Pontal e das investidas violentas contra os trabalhadores acampados, como a ocorrida, por exemplo, na Fazenda Porto Maria. Eles denunciaram, ainda, que a UDR está se armando e que é muito forte a presença de armas entre os fazendeiros da região. Os representantes dos trabalhadores sem terra disseram que o governo federal até investe na região, para a melhora das condições dos acampamentos e assentamentos, mas o dinheiro demora para ser liberado. Eles se queixaram, ainda, que o governo estadual não investe nada. Na opinião dos movimentos sociais, os governos não têm um olhar para o trabalhador rural. Ponturam também que com o avanço do latifúndio monocultor, em especial o da cana de açúcar, com o forte apelo atual para a produção do etanol, a soberania alimentar nacional está correndo um sério risco, o que já se sente na região do Pontal do Paranapanema. O bispo representante da CPT disse que as terras do Pontal devem vir para o povo e não devem beneficiar os grileiros.



A carta denúncia lida e entregue aos deputados federais pelos movimentos sociais denuncia:

- **“A inércia do Estado na realização da Reforma Agrária:** O Estado tem usado da inércia, deixando a cargo do Judiciário determinar a regularização de áreas devolutas;
- **Índice de produtividade:** por ainda serem os mesmos desde a década de 1970, impedem que as terras sejam consideradas improdutivas e sejam desapropriadas por não cumprirem a sua função social;
- **Morosidade e parcialidade nas decisões do Poder Judiciário:** As ações discriminatórias em trâmite levam anos para serem julgadas e quando isso ocorre são favoráveis aos interesses dos latifundiários;
- **PL 578/2007 (do governador do Estado de São Paulo José Serra):** através deste Projeto, o governador José Serra pretende regularizar as terras públicas do Pontal do Paranapanema, com isso as terras que poderiam servir a Reforma Agrária permanecerão com os grileiros, legitimando o processo de grilagem e latifúndio na região;
- **Monocultura da cana-de-açúcar e Biodiesel:** o incentivo dos governos (esfera Estadual e Federal), no cultivo extensivo coloca em risco a agricultura familiar, já tão ameaçada pela eminência dos transgênicos”.

Face às denúncias expostas, os movimentos sociais propõem:

- **“Índice de produtividade:** revisão do índice de produtividade (para que seja mais rigoroso), através de Portaria conjunta editada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Agricultura, pois já há inclusive estudos concluídos e aprovados pelo meio acadêmico;
- **Garantia de imissão de posse:** que o judiciário dê efetividade ao dispositivo legal (art. 18 da Lei Complementar n.º 76/93) que estabelece preferencialidade da ação de desapropriação em relação a outras ações referentes ao imóvel desapropriando, garantido a imissão de posse das áreas desapropriadas;
- **Amortização de dívidas:** que seja criado um mecanismo de amortização, seguro para a agricultura familiar; em contraponto aos parâmetros adotados para as agroindústrias;
- **Agilidade nos processos de desapropriação em trâmite;**
- **Rigorosidade na fiscalização do cumprimento das leis ambientais em grandes propriedades de terras, pois este é um dos requisitos do cumprimento da função social da propriedade, sancionando seu descumprimento com desapropriação para fins de Reforma Agrária;**
- **Transferência de competência:** que o governador do Estado transfira ao INCRA os poderes para propor ações reivindicatórias;



- **PL 578/2007:** entendemos que o Projeto de Lei fere os interesses da população local, sendo ele ilegítimo, pois não corresponde aos anseios populares;
- **Mutirão decisório:** cremos que é uma proposta eficaz para se pôr fim a morosidade do Poder Judiciário seria a realização de um mutirão para julgar todos os processos relativos às terras devolutas”.

O documento é datado de 21 de novembro de 2007 e é assinado pelo MAST/MTST – MLST – FERAESP – NERA – Projeto Missionário – CPT Pontal – ABRA – CDH “ELS” – Projeto Balcão de Direitos – Grupo Teatral Arte e Vida – MST – FEPAF/INCRA – CUT – Mitra Diocesana de Presidente Prudente/SP.

#### 4. Visita ao assentamento

A diligência da CDHM se encerrou na visita ao assentamento Che Guevara, em Mirante do Paranapanema, tendo visitado a escola Santa Clara, que atende as crianças de três assentamentos: o Assentamento Che Guevara (onde moram 46 famílias), o Assentamento Antonio Conselheiro (onde moram 65 famílias) e o Assentamento Paulo Freire (onde moram 63 famílias). Nessa visita ficou clara a melhora na qualidade de vida dos trabalhadores rurais quando eles passam de um acampamento para um assentamento. A visita demonstrou também que apesar da melhora, é fundamental que os trabalhadores assentados tenham acesso a suporte técnico e financeiro para conseguirem tirar da terra o sustento de suas famílias. Dessa forma, é fundamental que existam políticas públicas nesse sentido (linhas de crédito, programas de capacitação, fomento às cooperativas etc.).

#### 5. Encaminhamentos

Este relatório será encaminhado ao INCRA, ITESP, AL/SP, Governo do estado de SP, MDA, Ministério Público do Estado de São Paulo e Tribunal de Justiça de São Paulo.

O presente relatório foi feito pela assessora da CDHM, Mariana Mei de Souza, que acompanhou os deputados na diligência.